



LinX Software Participações em Tecnologia S.A.

CNPJ/MF nº 62.490.785/0001-85



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras individuais da LinX Software Participações em Tecnologia S.A. ("Empresa") relativa ao período findo de 14 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025. Mensagem da Administração: No período de 2025, a Empresa promoveu uma série de reorganizações societárias estratégicas. Tais operações compreenderam

a conferência de participação societária, bem como a cisão e transferência de ativos e passivos entre entidades sob controle comum. O detalhamento técnico e os impactos patrimoniais dessas movimentações encontram-se descritos nas Notas Explicativas que acompanham estas demonstrações. Em 31 de dezembro de 2025, o ativo totalizou R\$ 1.630,0 milhões reflexo da conferência de participação societária e da incorporação da

unidade de negócios Equals. Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido da Companhia totalizou R\$ 1.621,1 milhões, impulsionado pelos mesmos eventos societários. No período findo em 31 de dezembro de 2025, o lucro líquido totalizou R\$ 20,5 milhões proveniente da equivalência patrimonial das empresas controladas.
A Administração.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	Passivo	Nota	31/12/2025
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	5.607	Fornecedores		1.632
Contas a receber de clientes	6.2	7.156	Obrigações trabalhistas	10	5.720
Tributos a recuperar		741	Impostos e contribuições a recolher		818
Créditos com partes relacionadas	7	409	Imposto de renda e contribuição social		1.242
Outros ativos		579	Débitos com partes relacionadas	7	277
Total ativo circulante		14.492	Dividendos a pagar		194
			Outros passivos		33
Não circulante			Total do passivo circulante		9.916
Tributos diferidos		418	Total do passivo		9.916
Investimentos	8	1.611.096	Patrimônio líquido		
Imobilizado		611	Capital social	12.1	1.567.212
Intangível	9.2	4.375	Reservas de capital	12.2	32.481
Total do ativo não circulante		1.616.500	Reserva de investimentos		19.325
			Reserva legal		1.028
Total do ativo		1.630.992	Outros resultados abrangentes	12.3	1.030
			Total do patrimônio líquido		1.621.076
			Total do passivo e do patrimônio líquido		1.630.992

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2025
Receita operacional líquida	13.2	13.866
Custo dos serviços prestados	14	(8.082)
Lucro bruto		5.784
Despesas administrativas e gerais	14	(202)
Despesas de vendas	14	(2.510)
Outras receitas (despesas) operacionais	14	(50)
Total de receitas (despesas) operacionais		(2.762)
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	19.205
Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social		22.227
Receitas financeiras	15	9
Despesas financeiras	15	(8)
Resultado financeiro		1
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		22.228
Imposto de renda e contribuição social correntes	11.2	(1.242)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	(439)
Lucro líquido do período		20.547

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reserva de Investimentos	Lucro período	Outros resultados abrangentes	Total
Saldo em 14 de agosto de 2025								
Constituição de capital	12.1	1	-	-	-	-	-	1
Aumento de capital	12.1	1.590.769	-	-	-	-	-	1.590.769
Redução de capital - cisão parcial	12.1	(23.558)	-	-	-	-	-	(23.558)
Pagamento baseado em ações	12.2	-	4.819	-	-	-	-	4.819
Acervo proveniente de cisão	12.2	-	27.662	-	-	-	-	27.662
Efeito da aplicação da hiperinflação		-	-	-	-	-	902	902
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		-	-	-	-	-	128	128
Lucro líquido do período		-	-	-	-	20.547	-	20.547
Distribuição de Lucro:								
Constituição de reservas		-	-	1.028	19.325	(20.353)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(194)	-	(194)
31 de dezembro de 2025		1.567.212	32.481	1.028	19.325	-	1.030	1.621.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	2025
Lucro líquido do período	20.547
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	
Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras de controladas elaboradas em moeda estrangeira	128
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado em períodos subsequentes	
Efeito da aplicação da hiperinflação	902
Resultado abrangente total	21.577

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Nota	2025
Atividades operacionais		
Lucro líquido do período		20.547
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	9.2	676
Resultado de equivalência patrimonial	8.2	(19.205)
Adição (reversão) de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	6.2	439
Tributos diferidos	11.2	139
Variações nos ativos e passivos operacionais		(7.157)
Contas a receber de clientes		(741)
Tributos a recuperar		(985)
Outros ativos e créditos em partes relacionadas		1.632
Fornecedores		206
Obrigações trabalhistas		1.901
Impostos e contribuições a recolher		310
Outros passivos e débitos em partes relacionadas		(732)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.108)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades operacionais		13.088
Atividades de investimentos		
Aquisição de ativo intangível	4.2	(1.286)
Caixa e equivalente de caixa proveniente de empresas incorporadas		10.000
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de investimentos		8.714
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital social	12.1	1
Fluxo de caixa consumido pelas atividades de financiamentos		1
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.607
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	-
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5	5.607
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		5.607

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa. **3.8. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor. • CPC 48 – Instrumentos Financeiros e CPC 40 – Instrumentos Financeiros Divulgados: Publicado em maio de 2024, as alterações tratam, basicamente, dos seguintes temas: data de reconhecimento e baixa de alguns instrumentos financeiros, e características relevantes na avaliação dos fluxos de caixa dos instrumentos financeiros para classificação e mensuração. Adicionalmente são aprimoradas as divulgações relativas aos instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros vinculados a eventos contingentes. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada, com aplicação retrospectiva. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma. • CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1/CPC 26 – Apresentação das demonstrações financeiras. A norma introduz novos requisitos de apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados em uma de cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto sobre o rendimento e operações descontinuadas, sendo as três primeiras novas. Também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements "PFS") e nas notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito à IAS 7/CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo" para "lucro ou prejuízo operacional" e eliminam as opções em torno da classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Existem ainda alterações consequentes em várias outras normas. As alterações são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, mas a aplicação antecipada é permitida e deve ser divulgada. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. • CBPS

continua ...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO DE 14 DE AGOSTO DE 2025 A 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

Fundada em 14 de agosto de 2025 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, nº 7221, sala 08, Edifício Birmann 21, CEP 05425-902 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a LinX Software Participações em Tecnologia S.A. ("LinX Par ou Empresa"), é uma sociedade anônima controlada pela Stone Corporate e Holding S.A. ("Stone Corporate"). A Empresa diretamente e por meio de suas controladas, estão envolvidas principalmente no fornecimento de soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, um modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado. **1.1. Demonstrações consolidadas:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 – Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam: • A Empresa é controlada integralmente pela Stone Corporate, a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas; • A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais; • A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") visando negociar suas ações no mercado de capitais; • Sua controladora final StoneCo disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa. A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir. **3.1. Classificação como circulante e não circulante:** A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado como circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais passivos são classificados como não circulante. Os ativos e passivos fiscais diferidos são classifi-

cados no ativo e passivo não circulante. **3.2. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridos como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **3.2.1. Previdência privada:** A Empresa não mantém planos de previdência privada ou outro plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes. **3.2.2. Participação nos lucros:** A Empresa possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus. A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado. **3.2.3. Benefício pós-emprego - planos de saúde:** A Empresa oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Empresa é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Empresa são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. **3.3. Conversão de moeda estrangeira:** **3.3.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira:** Para cada controlada, a Empresa determina sua moeda funcional, baseado no principal ambiente econômico de operação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Empresa também é o real brasileiro, exceto pela Napse S.R.L., Napse Uruguay SAS, Sociedad Ingeneria de Sistemas Napse I.T. de Chile Limitada, Synthesis Holding LLC, Synthesis US LLC, Retail Americas Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable e Synthesis IT de México Sociedad de Responsabilidad Limitada de Capital Variable ("Grupo Napse"). As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Novo Sol e o peso uruguaio. As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, são convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação do Balanço Patrimonial para ativos e passivos, (ii) as taxas de câmbio médias mensais para receitas e despesas, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA"). **3.3.2. Transações em moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas e registradas pela Empresa em sua moeda funcional, utilizando a taxa de câmbio à vista, na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros da Empresa denominados em moedas estrangeiras. **3.4. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária:** Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos três anos anteriores na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidência em economia altamente inflacionária (CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina. De acordo com o CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionárias, devem ser corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços. As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, que estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período. **3.5. Demonstração dos fluxos de caixa:** A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada e está apresentada de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3.6. Investimentos em Controladas:** Os investimentos em empresas controladas são avaliados e contabilizados pelo Método de Equivalência Patrimonial (MEP), em conformidade com o CPC 18 (R2). Pelo método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e o seu valor contábil é aumentado ou diminuído para refletir a participação da Companhia no lucro ou prejuízo do período e nas variações das Reservas de Capital da investida, após a data da aquisição. **3.7. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas:** As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025: • CPC 02 – Efeitos de mudanças nas taxas de câmbio: em agosto de 2023, o IASB alterou a IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio a ser utilizada. Antes dessas alterações, o CPC 02 somente estabelecia a

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



LINX SOFTWARE PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA S.A.

... continuação

01 e CBPS 02 – Normas de Divulgação de Sustentabilidade: Emitidas pelo International Sustainability Standards Board (ISSB) traduzidas e emitidas no Brasil pelo Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS) estas normas estabelecem os requisitos gerais para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (CBPS 01) e divulgações específicas sobre o clima (CBPS 02). Seu objetivo é garantir que as entidades forneçam informações úteis aos usuários das demonstrações financeiras sobre riscos e oportunidades de Environmental, Social and Governance ("ESG"). A Companhia monitora o cronograma regulatório vigente para determinar o prazo e a extensão de sua adoção obrigatória. • Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (EC) nº 132/2023 ("Reforma Tributária"), substituindo vários dos atuais "impostos indiretos" (ICMS, ISS e PIS/Cofins) pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). Posteriormente, em 16 de janeiro de 2025, o Presidente do Brasil promulgou a Lei Complementar nº 214, que regulamenta esses impostos indiretos e outras matérias, incluindo o estabelecimento de um sistema específico de arrecadação tributária. • Em 13 de janeiro de 2026, foi promulgada a Lei Complementar nº 227, que dispõe sobre o funcionamento do Comitê Gestor – órgão governamental responsável pela supervisão da arrecadação tributária – e trata das alíquotas aplicáveis ao setor financeiro. É importante mencionar que regulamentações futuras disporão sobre a operacionalização das obrigações acessórias, bem como sobre pontos relevantes relativos à tributação do setor financeiro. O sistema de split payment introduz um novo modelo de arrecadação tributária, no qual as instituições de pagamento seriam responsáveis por operacionalizar a cobrança dos tributos sobre o consumo junto aos comerciantes. Algumas salvaguardas foram estabelecidas em favor das instituições de pagamento, como a isenção de responsabilidade tributária no âmbito do sistema de split. Esta Reforma Tributária estará sujeita a uma fase de transição, com duração de 2026 a 2032. Por ora, não é possível prever quando e como as novas regulamentações pendentes serão editadas, nem como as regras serão aplicadas. Eventuais aumentos na carga tributária global aplicável ao nosso negócio poderão resultar em maiores custos para nós e, conseqüentemente, afetar de forma relevante e adversa a nossa rentabilidade. A Empresa está avaliando as alterações as serem realizadas para determinar os impactos em suas demonstrações financeiras.

4 RESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA

4.1. Conferência de participação societária: Em 01 de outubro de 2025, foi efetivada a conferência de participação societária formada por determinados ativos da Stone Corporate e STNE Participações S.A. ("STNE Par"), empresa extinta, os quais foram transferidos para Linx Par.

Ativo	
Ativo não circulante	
Participação Sponte Educação Ltda	100.329
Participação Linx People Ltda	6.143
Participação Linx Sistemas Ltda	1.417.280
Participação Linx Commerce Ltda	21.418
Participação Linx Saúde Ltda	4.712
Participação Linx Telecom Ltda	30.852
Total do ativo não circulante	1.580.734
Total do ativo	1.580.734

A avaliação da conferência de participação societária da Stone Corporate e STNE Par foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Código Civil, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A conferência de participação societária, acarretou em aumento de capital social na Linx Par.

4.2. Conferência unidade de negócios Equals: Em 01 de outubro de 2025, foi efetivada a conferência da integralidade da unidade de negócios Equals formado por determinados ativos e passivos da STNE Participações os quais foram incorporados pela Linx Par.

Ativo		Passivo e patrimônio líquido	
Ativo circulante			
Caixa e equivalente de caixa	10.000	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	4.619
Total do ativo circulante	10.000	Arrendamento a pagar	104
		Outros passivos	891
Ativo não circulante			
Ativos fiscais diferidos	599	Total do passivo circulante	5.614
Imobilizado	723		
Intangível	4.325	Patrimônio líquido	
Total do ativo não circulante	5.647	Capital Social	10.033
		Total do patrimônio líquido	10.033
Total do ativo	15.647	Total do passivo e patrimônio líquido	15.647

A avaliação da conferência da integralidade da unidade de negócios da STNE Par foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Código Civil, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade. A conferência da integralidade da unidade de negócios, acarretou em aumento de capital na Linx Par. **4.3. Cisão parcial ágio Hiper:** Em 19 de dezembro de 2025, concretizou-se a cisão parcial do acervo líquido composta por ativo específico da Linx Sistemas na data-base de 31 de outubro de 2025, com a respectiva transferência à Linx Par. Na mesma data, foi efetivada cisão parcial do mesmo acervo líquido da Linx Par na data-base de 31 de outubro de 2025, o qual foi transferido à Stone Corporate. O quadro a seguir demonstra o acervo líquido cindido:

Ativo	
Ativo não circulante	
Ágio Hiper	23.558
Total do ativo	23.558

A avaliação da parcela cindida da Linx Par foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e Código Civil, que emitiu o laudo de avaliação do acervo cindido da Linx Par. A cisão parcial do acervo líquido, acarretou em redução de capital na Linx Par.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

5.1. Políticas contábeis: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, uma aplicação financeira, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

5.2. Composição dos saldos

	31/12/2025
Caixa e bancos – em moeda nacional	5.607
Total	5.607

6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1. Políticas contábeis: Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo ajuste a valor presente e perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base.

6.2. Composição dos saldos

	31/12/2025
Contas a receber de clientes	7.157
(4) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(1)
Total	7.156

A movimentação das perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa é demonstrada a seguir:

	2025
Saldo inicial	-
Adição	1
Saldo em 31 de dezembro	1

7 PARTES RELACIONADAS

Credor	Tipo de operação	Ativo	
		31/12/2025	31/12/2024
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")	Nota de débito	1	-
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Nota de débito	409	-
Total de contas a receber		410	
Devedor	Tipo de operação	Passivo	
		31/12/2025	31/12/2024
Stone Corporate	Nota de débito	260	-
Linx Telecom	Nota de débito	17	-
Total de contas a pagar		277	

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Empresa e em condições acordadas entre as partes. **7.1. Remuneração do pessoal-chave da administração:** Os administradores da empresa também são administradores de outras sociedades pertencentes ao Grupo StoneCo, fazendo jus a remuneração através da empresa em que estão registrados para fins trabalhistas. Desta forma, a informação sobre a remuneração dos administradores da Linx Par não refletiria a melhor informação relativa aos negócios da Empresa.

8 INVESTIMENTOS

8.1. Políticas contábeis: Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas. Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada. Os investimentos em coligadas e controladas da Empresa são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Empresa nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente. A demonstração do resultado reflete a participação da Empresa nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Empresa. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Empresa reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mudanças do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações

8.2. Investimentos em controladas diretas

	Linx Sistemas 100%	Linx Saúde 100%	Linx People 100%	Linx Commerce 100%	Linx Telecom 100%	Sponte Educação 100%	Total 100%
Participação							
Saldo inicial							
Equivalência patrimonial	13.706	693	699	1.205	1.010	1.892	19.205
Redução de capital social (b)	(23.558)	-	-	-	-	-	(23.558)
Ajuste de conversão	128	-	-	-	-	-	128
Efeito da hiperinflação	902	-	-	-	-	-	902
Plano de outorga de ações	4.724	-	-	-	57	38	4.819
Conferência de participação societária (b)	1.417.280	4.712	6.143	21.418	30.852	100.329	1.580.734
Acervo Cisão	23.073	1.207	546	1.019	1.515	1.506	28.866
Saldo em 31 de dezembro de 2025	1.436.255	6.612	7.388	23.642	33.434	103.765	1.611.096

(a) Todas as participações societárias atuam em serviços de tecnologia. (b) As devidas movimentações estão evidenciadas na nota explicativa 4.

9 INTANGÍVEL

9.1. Políticas contábeis: 9.1.1. Ativos intangíveis: Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. **9.1.2. Ágio:** O custo do ágio é contabilizado pelo método de aquisição ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

9.1.3. Pesquisa e desenvolvimento: Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais. As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente. **9.1.4. Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2025 são demonstradas a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3-10
Relacionamento com clientes	2-20
Marcas e patentes	20
Acordo de não-competição	5

9.1.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída uma perda por redução ao valor recuperável do ativo ajustando o valor contábil líquido ao seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis. A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda. Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado. A perda por desvalorização é reconhecida para uma

entre a Empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida. O total da participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas. As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Empresa. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Empresa. Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Empresa determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Empresa determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado. Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Empresa avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado. Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

	Linx Sistemas 100%	Linx Saúde 100%	Linx People 100%	Linx Commerce 100%	Linx Telecom 100%	Sponte Educação 100%	Total 100%
unidade geradora de caixa							
unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.							

9.2. Composição dos saldos e movimentações

	13/8/2025	Adições	Cisão (a)	31/12/2025
Custo				
Software	-	1.286	3.713	4.999
Ativos de direito de uso – Software	-	-	-	-
Total do custo		1.286	3.713	4.999
Amortização acumulada				
Software	-	(624)	-	(624)
Total da amortização acumulada		(624)		(624)
Intangível, líquido		662	3.713	4.375

(a) Refere-se a incorporação da conferência da integralidade da unidade de negócios da STNE Par. O saldo de incorporação reportado refere-se à data-base de 01 de outubro de 2025, ocasião em que a contabilização foi efetuada. Ressalte-se que o saldo apresentado na nota 4 foi apurado em data-base precedente, com o objetivo de viabilizar a elaboração do laudo de avaliação.

10 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2025
Provisões de férias, 13º salário e encargos sociais	2.573
Provisão de participação de lucros e resultados	2.521
INSS a recolher	397
Salários a pagar	20
FGTS a pagar	189
Outros	20
Total	5.720

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

11.1. Políticas contábeis: 11.1.1. Imposto de renda e contribuição social: 11.1.1.1. Imposto de renda e contribuição social corrente: O ativo e o passivo fiscal corrente são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. A Empresa considera as regras fiscais brasileiras que estão em vigor à data da aplicação para determinar os ativos e passivos fiscais sob as regras. A alíquota combinada balanceada pela Empresa é 34%, compreendendo o imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada). A Empresa reconhece o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30 % do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados. Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano. **11.1.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferido:** O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados. Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Empresa gere lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Empresa que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração. A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica imposto de renda e contribuição social diferidos, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Empresa apresenta estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida. A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado. Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida. **11.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social:** A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	2025
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	22.228
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(7.558)
Efeitos de receitas (despesas) não tributáveis (dedutíveis) para fins fiscais	
Lei do Bem	262
Resultado de equivalência patrimonial	6.530
Brindes, multas e despesas indedutíveis	(16)
Outras diferenças permanentes	(899)
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(1.681)
Alíquota efetiva	(7,6%)
Impostos de renda e contribuição social correntes	(1.242)
Impostos de renda e contribuição social diferidos	(439)
Despesa total de imposto de renda e contribuição social	(1.681)

11.3. Tributos diferidos por natureza: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são demonstrados a seguir:

	Reconhecimento em contrapartida	Cisão (a)	31/12/2025
	14/08/2025	ao resultado	
Diferenças temporárias	-	(439)	857
Tributos diferidos, líquidos		(439)	857

(a) Refere-se à incorporação, mediante conferência, da integralidade da unidade de negócios da STNE Par.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

12.1. Capital social: Em 14 de agosto de 2025, foi deliberado a constituição do capital social da Empresa, no montante de R\$ 1 mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 1 de outubro de 2025, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, integralizado com investimentos da Stone Corporate e STNE Par, no montante de R\$ 1.590.768 que passou de R\$ 1 para R\$ 1.590.769 mediante a emissão de 1.590.768.402 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 19 de dezembro

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



LINX SOFTWARE PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA S.A.

... continuação

de 2025, foi deliberado a redução do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial, no montante de R\$ 23.558 que passou de R\$ 1.590.769 para R\$ 1.567.212 mediante o cancelamento de 23.557.705 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O capital social é representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, dividido da seguinte forma:

31/12/2025		
Acionista	Quotas	%
Stone Corporate e Holding S.A.	1.567.211.697	100,00%
Total	1.567.211.697	100,00%

12.2. Reservas de capital: A reserva de capital está constituída da seguinte forma em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025		
Pagamento baseado em ações	4.819	
Acervo proveniente de cisão (a)	27.662	
Total	32.481	

(a) O acervo proveniente de cisão decorre das movimentações ocorridas no intervalo entre a data-base do laudo de avaliação e a data do efetivo registro contábil.

12.3. Outros resultados abrangentes: Outros Resultados Abrangentes ("ORA"), representa os lucros ou prejuízos não relacionados na demonstração de resultados sendo apresentados separadamente nas demonstrações financeiras. Isso inclui transações e operações da Linx Sistemas que não são consideradas ganhos ou perdas realizadas. O quadro apresenta o saldo acumulado de cada categoria de ORA em 31 de dezembro de 2025:

31/12/2025		
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado em períodos subsequentes		
Ajustes acumulados de conversão de demonstrações financeiras de controladas elaboradas em moeda estrangeira	128	
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes	902	
Efeito da aplicação da hiperinflação	1.030	
Total	1.932	

12.4. Dividendos: De acordo com o Estatuto Social da Linx Par, os acionistas têm direito de receber como dividendos mínimos obrigatórios, em cada exercício, no mínimo 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício social diminuído ou acrescido dos seguintes valores: (a) Importância destinada à constituição de reserva legal; (b) O saldo, se houver após a destinação dos dividendos obrigatórios, poderá ser destinado para reserva de investimentos. Nos períodos findo de 31 de dezembro de 2025, a Empresa apurou dividendos mínimos obrigatórios.

13 RECEITAS

13.1. Políticas contábeis: **13.1.1. Reconhecimento de contrato com o cliente:** A receita é reconhecida quando a Empresa transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Empresa espera receber em troca desses serviços. A Empresa concluiu que geralmente é a principal em seus acordos de receita, porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Empresa aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas: 1. identificação dos contratos com o cliente; 2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato; 3. determinação do preço da transação; 4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e 5. reconhecimento da receita quando o cliente reconhece o desempenho e a receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável. As receitas provenientes de contratos com clientes da Linx Sistemas é apresentada a seguir: • Receitas de assinaturas: São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, "helpdesk", aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de "software"; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços. Os serviços de assinatura da Empresa geralmente consistem em serviços vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Estes serviços de assinatura podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços fornecidos. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa fixa mensal, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida em que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidos para o cliente (ao longo do prazo da transação relacionada e acordado em contrato). **13.1.2. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho:** Os contratos da Empresa com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Empresa contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas (e.g. setup e receitas de assinatura em um mesmo contrato). Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Empresa para cada elemento em transações separadas. **13.2. Composição dos saldos:** Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

2025	
Receita recorrente	14.559
Receita não recorrente	943
(1) Impostos sobre vendas	(1.534)
(4) Cancelamentos e abatimentos	(102)
Receita operacional líquida	13.866

A Empresa não possui clientes que representem individualmente mais que 10% da receita dos período findo em 31 de dezembro de 2025.

14 DESPESAS POR NATUREZA

2025	
Natureza	
Aluguéis	(53)
Comissões	(81)
Depreciação e amortização	(676)
Manutenção e conservação	(29)
Pessoal	(7.277)
Propaganda e publicidade	(259)
Serviços de terceiros	(967)
Viagens e estadias	(69)
Despesas com link	(1.310)
Perdas eventuais	(2)
Despesas com Informática	(3)
Outras	(118)
Total das despesas por natureza	(10.844)
Função	
Administrativas e gerais	(202)
Vendas	(2.510)
Outras receitas (despesas) operacionais	(50)
Total das receitas (despesas) operacionais	(2.762)
Custos dos serviços prestados	(8.082)
Total das despesas por função	(10.844)

15 RESULTADO FINANCEIRO COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

2025	
Receitas financeiras	
Juros ativos	9
Total das receitas financeiras	9
Despesas financeiras	
Imposto sobre operações financeiras	(1)
Juros passivos	(3)
Outras despesas	(4)
Total das despesas financeiras	(8)

16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

16.1. Políticas contábeis: **16.1.1. Mensuração do valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Empresa mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa. O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuam no seu melhor interesse econômico. A Empresa utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou

divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível I – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível II – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; • Nível III – Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determinará se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. **16.1.2. Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. **16.2. Ativos financeiros:** **16.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como a gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultam da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. **16.2.2. Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **16.2.2.1 Ativos financeiros ao custo amortizado:** Esta categoria é a mais relevante para a Empresa. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes e créditos com partes relacionadas. **16.2.2.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento. **16.2.3. Desreconhecimento:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou • A Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Empresa nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo. Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere, nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Empresa. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia). **16.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Empresa reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para todos os instrumentos de dívida não mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As perdas estimadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa com base em perdas de crédito esperadas vitais em cada data-base. A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. **16.3. Passivos financeiros:** **16.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Empresa incluem: Fornecedores e débito com partes relacionadas. **16.3.2. Mensuração subsequente:** A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. • Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **16.3.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a Fornecedores e débito com partes relacionadas. **16.3.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR):** Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR. Passivos financeiros são classificados

como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Empresa e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes. Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. Em 2025 a Empresa não possui instrumentos classificados nesta categoria. **16.3.3. Desreconhecimento:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **16.3.4. Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **16.3.5. Ajuste a valor presente:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração. **16.3.6. Transações liquidadas com títulos patrimoniais:** O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado. Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado. O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído. **16.4. Gestão de riscos financeiros:** A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; • Risco operacional. **16.4.1. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes. A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Empresa estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento. A Empresa possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa mais que 10% da receita recorrente. A Empresa reconhece perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa para contas a receber de clientes (Nota 6.2). A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Em 31 de dezembro de 2025, a exposição máxima ao risco de crédito está representada a seguir:

31/12/2025	
Caixa e equivalentes de caixa	5.607
Contas a receber de clientes	7.156
Créditos com partes relacionadas	409
Débitos com partes relacionadas	277
Total	13.449

16.4.2. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa. A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Até 1 ano	
Fornecedores	1.632
Outros passivos	33
Total	1.665

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar. Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais. **16.4.3. Risco de mercado:** Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao IPCA e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. **16.4.4. Risco operacional:** Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa. **16.5. Gestão de capital:** A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus quotistas.

16.6. Instrumentos financeiros por categoria

31/12/2025	
	Custo amortizado
Ativos financeiros	
Contas a receber de clientes	7.156
Créditos com partes relacionadas	409
Outros créditos	579
Total dos ativos financeiros	8.144
Passivos financeiros	
Fornecedores	1.632
Débitos com partes relacionadas	277
Outros passivos	33
Total dos passivos financeiros	1.942

17 EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de julho de 2025, a Stone Corporate firmou um acordo para a venda de seus Negócios de Software, resultando em sua classificação como ativos mantidos para venda. A transação foi aprovada sem restrições pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 30 de janeiro de 2026 e concluída em 27 de fevereiro de 2026. O valor total recebido foi de R\$ 3.272.193. O principal impacto na Linx Par foi a mudança de controlador de Stone Corporate para Totvs.

Sandro de Oliveira Bassili – Diretor
Camila Del Poente – Contadora CRC SP 290.887/0-8

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos acionistas da
Linx Software Participações em Tecnologia S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Linx Software Participações em Tecnologia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 14 de agosto de 2025 (data de início das atividades) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 14 de agosto de 2025 a 31 de dezembro de 2025 findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



... continuação

LINX SOFTWARE PARTICIPAÇÕES EM TECNOLOGIA S.A.

éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria

pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos

controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S Ltda.

CRC-SP - 034.519/O

Wanderley Fernandes de Carvalho Neto

Contador CRC-SP 300.534/O



Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 05/05/2026



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

